SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
REITORIA
ANEXO II DO EDITAL Nº 27, DE 24 DE JANEIRO DE 2022.
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Endereço de entrega da documentação (Curriculum da Plataforma Lattes): Universidade Federal do Pará, Secretaria Executiva do Instituto de Ciências Jurídicas, Rua Augusto Corrêa, nº 01, Guamá, CEP 66075-110, Belém - Pará. Bairro: Guamá, CEP: 66075-110, Belém - Pará

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Itens para sorteio das Provas Escrita e Didática:

Tema: Direito Administrativo.

1. DIREITO ADMINISTRATIVO. Parte Geral. 1- Origem e Autonomia do Direito Administrativo. 2- Princípios da Administração Pública: 2.1- Princípios implícitos e explícitos. 2.2- Funções dos princípios. 2.3- Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência (LIMPE). 3- Noções e Princípios legais da Lei de Processo Administrativo - art. 2º e Parágrafo Único da Lei nº 9.784/99, entre outros.

2 - CONCESSÕES E PERMISSÃO DE USO E DE SERVIÇO PÚBLICO: 1 - Concessões públicas comuns :1- De uso de bem público. Obras e/ou serviços púbicos. 2- Precedida ou não precedida de obra pública. 3- Direitos dos usuários. 4- Encampação. 5- Concessões especiais – Parcerias Público Privadas - PPP: 5.1-Espécies: Patrocinadas e Administrativas. 5.2- Objeto. 5.3-Valor mínimo. 5.4- Remuneração. 5.5- Instituições da PPP. 5.6- a) Sociedade de Propósito Especifico- SPE. b) Órgão Gestor. c) Fundo Garantidor-FGP. 5.7- Legislação. 6. Regime Jurídico da Mineração: Fundamentos constitucionais: o direito à exploração dos recursos minerais, repartição de competências legislativas e materiais em mineração.

3 - CONSÓRCIOS PÚBLICOS: 1- Conceito. 2- Entes partícipes. 3- Personalidade Jurídica. 4- Procedimentos formativos do Consórcio Público. 5 Contratos principais e acessórios e demais ajustes do C.P. 6-Legislação. Contratos principais e acessórios e demais ajustes do C.P. 7-Legislação.

4 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. 1- Entes Federativos (União. Estados. Distrito Federal e Municípios). 2- Administração Direta: 2.1- Órgãos públicos internos. Decreto-Lei nº 200/67 e 900/69. Estrutura leal da presidência da república e seus ministérios. 2.2- Sistema de desconcentração (Ex: Estrutura orgânica da presidência da república (Lei n° 10.683/03. Lei n° 10.869/04, entre outras). 3. Administração Indireta: 3.1-Descentralização administrativa. 3.2- Autarquias (comuns, especiais). Agências Reguladoras e Executivas. Fundações Públicas e as instituídas pelo poder público. 3.3- Empresas Públicas. 3.4- Sociedades de Economia Mista. Lei nº 13.303, 30.6.2016 - Lei das Estatais. 3.5- Aspectos gerais de transferência de execução de serviços públicos

para instituições privadas.

5 - ATOS ADMINISTRATIVOS. 1- Conceito. 2- Elementos: art. 11 a 17 da Lei nº 9.784/94 - Lei nº 4.717/65 - art. 2º e 5º. 3- Atributos. 4- Classificação. 5- Espécies. 6-Discricionariedade e Vinculação. 7-Prescrição (RJU; Decreto 20.910/32; Lei nº 9.873/99). 8- Anulação, revogação (art.53 a 55 – Lei nº 9.784/1999), 9- Recurso e revisão (art. 56 a 65 – Lei nº 9.784/1999). 10- Decreto nº 9.830, de 10.6.2019 - Regulamentação da LINDB.

6 - SERVIDORES PÚBLICOS: Lei nº 8.112 90. 1- Agentes públicos: políticos, vitalícios e administrativos. 2- Provimento: Cargo efetivo e comissionado. Emprego. Função. Contratação temporária. 3- Estabilidade e efetividade. 4- Sistemas de avaliação de desempenho: especial para fins de estágio probatório e avaliação permanente de desempenho. 5- Hipóteses de Perda do cargo público. 6 Acumulação de cargos, empregos e funções. 7- Remuneração. 8- Regime de previdência pública, noções gerais.

7 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: Lei nº 8.112/90. (art. 116 a 173) 1. Espécies de processos: Sindicância. Processo Administrativo Disciplinar Sumário e Ordinário. 2- Fases: instauração. instrução. Defesa (ampla defesa e contraditório). Relatório e julgamento. 3- Penalidades: advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo ou função, Cassação de aposentadoria. 4- Prescrição. 5- Vínculos dos ilícitos administrativos com a improbidade administrativa e crimes contra a administração pública no código penal brasileiro. (ampla defesa e contraditório). Relatório e julgamento. 3- Penalidades: advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo ou função, Cassação de aposentadoria. 4- Prescrição. 5- Vínculos dos ilícitos administrativos com a improbidade administrativa e crimes contra a administração pública no código penal brasileiro.

8 - CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1- Espécies de Controle: administrativo (sistemas de autocontrole) legislativo e judicial (externo). 2- Controle prévio, concomitante e posterior. 3- Instrumentos de controle: representação, reclamação, pedido de reconsideração, recursos, revisão. 4- Controles institucionais. Tribunais de Contas. Ministério Público e Judicial.

9 - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA E NO DOMÍNIO ECONÔMICO: 1- Limitações administrativas. 2. Ocupação Temporária. 3- Servidão administrativa. 4- Requisição de bens e Serviços. 5- Tombamento. 6- Desapropriação: 6.1- Fases. 6.2- Tratamento constitucional. 6.3- Objeto. 6.4- Espécies: Desapropriação comum. Urbana (municipal). Indireta, por zona e Confiscatória. 6.5- Competência legislativa e material. 6.6- Beneficiários. 6.7-Fases do Procedimento expropriatório: declaratória e executória. 6.8- Justa indenização. 6.9- Imissão na posse. 7. Normas de Regulação Urbanística – constitucional e infraconstitucional. 8. Intervenção no domínio econômico. 8.1- Instrumentos de controle: 8.2-Normativo. 8.3- Regulador e de incentivo. 8.4- O papel do CADE. 8.5- Legislação.

10 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: 1- Evolução histórica. 2- Tratamento constitucional. 3-O Nexo de causalidade. Dano indenizável. 4- Excludentes. 5- Ação de reparação de dano direto e direito de regresso contra o causador do dano. 6- Legislação.

11 - LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: 1- Conceito e cabimento. 2- Dispensas e Inexigibilidades. 3. Modalidades, e em especial o Pregão presencial e eletrônico: 4- Fases: 4.1- Interna. 5.2- Externa. 5- Procedimento. 6- Lances. 7-- Julgamento. 8-Habilitação. 8-Recursos-. 9- A Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021 e Lei nº 8.666/1993. Contratos administrativos: 1- Conceito. 2- Características: 2.1- Cláusulas exorbitantes. 2.2- Alteração unilateral. 2.3- Sanções, etc. 3-Espécies: 3.1- Serviços (comuns, técnicos especializados e de engenharia). 3.2- Obras. 3.3- Compras e Fornecimento. 4- Reajuste e revisão. 5-Prazos e prorrogações. 6- Legislação.